



A AÇÃO HUMANA E A NATUREZA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2024.201.06>

Mário Sérgio de Oliveira Vaz

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Bolsista CAPES

mariovaz74@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3473-8292>

Maria Fernanda dos Santos

Doutoranda em Letras/Literatura pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

maria.fer.s@live.com

<https://orcid.org/0000-0002-1643-4087>

RESUMO:

Este artigo procura apresentar algumas considerações acerca do entrecruzamento do pensamento político de Hannah Arendt e a questão ambiental. Para tanto, o seguinte questionamento servirá de guia para a reflexão aqui pretendida: se o âmbito natural é perturbado pelas ações humanas, é razoável a crença de que a própria ação humana possa ser capaz de frear o atual cenário de catástrofe? Assim sendo, assume-se, aqui, como procedimento metodológico uma análise bibliográfica que recorre ao livro *A condição humana* (*The human condition*, 1958 [2010]) e alguns ensaios da coletânea *Entre o passado e o futuro* (*Between Past and Future*, 1961 [2009]). De modo geral, busca-se desenvolver o argumento de que embora não se possa enquadrar Hannah Arendt no rol das “historiadoras das ciências”, tampouco uma “pensadora da ecologia”, é certo que ela nunca deixou de se interessar e comentar os eventos científicos de seu tempo, bem como de se preocupar com as consequências das ações humanas. Logo, os assuntos relacionados aos avanços tecnológicos e científicos constituem assuntos de primeira grandeza e importância tanto para o mundo quanto para a política. Em suma, pretende-se sustentar a hipótese de que para Hannah Arendt, a imagem adotada da natureza – ao menos desde a época moderna –, e as ações humanas cometidas a partir desta compreensão, afetam diretamente nossa existência política.

PALAVRAS-CHAVE:

Política. Natureza. Agir humano. Hannah Arendt.

THE HUMAN ACTION AND THE NATURE: A REFLECTION DEPART HANNAH ARENDT

ABSTRACT:

This article aims to present some considerations about the intersection of Hannah Arendt's political thought and the ambiental question. The following question will serve as a guide for the reflection intended here: if the natural realm is disturbed by human actions, is it reasonable to believe that human action itself may be capable of curbing the current catastrophic scenario? Therefore, the methodological procedure used here is a bibliographical analysis of the book *The Human Condition* (1958 [2010]) and some essays from the collection *Between Past and Future* (1961 [2009]). In general, the aim is to develop the argument that although Hannah Arendt cannot be classified as a "historian of the sciences", nor as an "ecological thinker", it is certain that she never ceased to be interested in and comment on the scientific events of her time, as well as being concerned about the consequences of human actions. Therefore, issues related to technological and scientific advances are of the utmost importance to both the world and politics. In short, the aim is to support the hypothesis that for Hannah Arendt, the image adopted of nature - at least since modern times - and the human actions committed on the basis of this understanding, directly affect our political existence.

KEY-WORDS:

Politics. Nature. Human action. Hannah Arendt.

1 Introdução

Embora não se considerasse uma “historiadora das ciências”, tampouco uma pensadora da ecologia, também é certo, na mesma medida, que Hannah Arendt nunca deixou de se interessar e comentar os eventos científicos de seu tempo. Não se trata, porém, de um interesse qualquer, de algo difuso ou de caráter geral, de uma simples curiosidade. Esse interesse, cumpre registrar, sempre foi acompanhado de certa reserva crítica, até mesmo de temor, posto que estes eventos, na avaliação de Arendt, eram assuntos de primeira grandeza política justamente porque incidiam e desafiavam a compreensão até então vigente de humanidade e de vida em comum. (AGUIAR, 2011, p.181). Daí o teor incisivo de sua argumentação presente no ensaio “A conquista do espaço e a estatura humana”, de que o cientista deve sempre se comprometer com o mundo comum, isto é, deve(ria) prestar contas ao público leigo do efeito de suas ações em laboratório. (ARENDR, 2009, p. 327). Com efeito, essa exigência da parte de Arendt aos cientistas pode ser melhor compreendida a partir do momento em que se considera alguns dos acontecimentos que marcaram o horizonte de seu texto: a corrida armamentista, a fissão nuclear, a confecção de armas de destruição em massas e a aventura espacial. Por tais considerações, compreende-se que Hannah Arendt estava a par das consequências imediatas das pesquisas mais avançadas de seu tempo que, sob a marca da catástrofe e da destruição,

comprometiam a existência da vida humana neste planeta. (BACH, 2018, p. 267; CASTANHEIRA, 2012, p. 58).

Ora, apesar de não ter vivido tempo suficiente para ver como a investida humana contra seus limites naturais não cessou depois da conquista do espaço e do universo, seus *insights*, mesmo que datados, conservam um poder antecipatório estonteante e servem como “fragmentos” iluminadores para as reverberações e desdobramentos daqueles tempos sombrios – que, de certo modo, continua sendo a regra nas relações internacionais e nas pesquisas científico-tecnológicas. Vale destacar sua menção ao anseio humano em “tornar ‘artificial’ também a vida e cortar o último laço a manter o homem entre os filhos da “natureza”, para, assim, “produzir seres humanos ‘superiores’ e ‘alterar-lhes’ o tamanho, a forma e a função”. (ARENDRT, 2010, p. 03). O que era uma possibilidade ainda distante – considerando o mundo e as possibilidades tecnológicas no momento em que Hannah Arendt redigia o prólogo de *A condição humana* –, é agora uma realidade, com suas benesses e reveses. Realizam-se investidas para o desenvolvimento das potencialidades biotecnológicas – depois do universo próximo, avança-se agora sobre a própria vida –, num esforço fáustico de estender a sua duração o máximo possível, ou mesmo, de armazená-la por tempo indeterminado ou encerrá-la de maneira digna e indolor.

Recentemente, um estudo científico vem sendo discutido e amplamente divulgado nos noticiários: “Cientistas criam modelo de embrião humano sem usar espermatozoide ou óvulo”¹. Esse estudo é um exemplo do avanço científico que lança um questionamento a autocompreensão do que é a criação da vida, com implicações éticas e filosóficas significativas. A partir das considerações de Arendt, é possível fazer a leitura de que este evento representa o limiar de uma nova era em que o ser humano consegue criar um mundo humano separado do mundo natural. A rigor, o processo de formação de embriões humanos em laboratório levanta questões sobre até que ponto o homem consegue manipular e controlar a natureza, sem se tornar refém dos seus atos, além de redefinir os parâmetros de compreensão sobre a própria natalidade e sobre a definição do que é a vida humana.

O intuito da reflexão proposta aqui não é erigir um juízo de valor a respeito de tais temáticas, isto é, usar os aportes teóricos de Hannah Arendt para condenar ou glorificar aspectos específicos e pontuais do assim chamado “progresso científico”. De maneira muito esquemática, o que se pretende é destacar, por meio de algumas passagens selecionadas de Hannah Arendt, que ao longo da tradição ocidental, a imagem que fora “cunhada” da natureza possibilitou não apenas o seu domínio e uso, mas também, em última instância, o abuso desimpedido de seus recursos, condição de possibilidade para o próprio aprimoramento

¹ Conferir a notícia na íntegra em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj5d192pq10o>. Acesso em 10/09/2023.

das investigações científicas, chegando ao limite destas pretenderem “emancipar-se” totalmente do âmbito natural. Trata-se, pois, de trazer à tona e destacar o poder modificador do agir humano, seja no tocante ao ambiente externo, seja com relação a si mesmo. A este respeito, acompanha-se as palavras de Nuno Castanheira, segundo o qual, a humanidade, em tempos recentes, fora capaz de provocar “a erosão dos solos, a poluição atmosférica, as chuvas ácidas, o efeito de estufa, a destruição de florestas tropicais, a alteração climática, e perdas significativas de biodiversidade”. (CASTANHEIRA, 2012, p. 58-59). A civilização humana, o artifício humano, o mundo de coisas e objetos, criados para durar e para o consumo, provocou em todos os ecossistemas terrestres severas transformações, de um modo ou de outro, resultando numa série de distúrbios do seu equilíbrio natural — algumas delas irreversíveis, ameaçando toda a vida na terra, e isso inclui a vida humana em potencial.

A natureza, enquanto detentora de certa regularidade serviu de condição de possibilidade para o desenvolvimento da ciência moderna. A descoberta de certos padrões, a sistematização de regularidades (notadamente nos ciclos das estações) contribuiu para que o método da observação do mundo externo e sua posterior experimentação resultassem no controle e na abstração do mundo natural. O ponto de questionamento reside na transformação que o agir humano provocou na regularidade destes ciclos. Resta perguntar se a humanidade se encontra a caminho de uma situação inevitável em que, devido aos efeitos das transformações acarretadas pelo agir humano, não resta mais nenhuma previsibilidade na natureza. A ciência teria de tal modo perturbado a natureza que restaria apenas o desequilíbrio ambiental a exigir uma resposta da ciência humana? Cabe, enfim, questionar, seguindo os versos de Hölderlin citados por Heidegger em seu texto sobre a questão da técnica: Estamos autorizados a crer que onde jaz o perigo, jaz também a salvação?

2 História versus Natureza

No ensaio intitulado “O conceito de História – Antigo e Moderno”, presente no livro *Entre o Passado e o Futuro* - 1961 - Hannah Arendt (2009), apresenta, logo em seus primeiros parágrafos, uma de suas oposições fundamentais. Tomando como ponto de partida o paradigma do pensamento grego pré-platônico trata-se, a saber, da oposição entre o âmbito da História – pensada preliminarmente enquanto o registro dos grandes feitos, do agir heroico, da imortalidade – e a Natureza – segundo esse mesmo paradigma, o âmbito do sempre recorrente, da *zoé*², do eterno. Importa trazer para debate a consideração de

² A oposição entre *zoé* e *bíos* possui diversas modulações ao longo da história da filosofia. Pode-se dizer que as bases dessa oposição se situam no pensamento grego antigo, e talvez Aristóteles seja o filósofo que estabeleceu os seus fundamentos ao situar a realização da vida humana entre o âmbito político (*bíos politikós*) e a contemplação filosófica (*bíos theoretikós*). Aqui,

Arendt a respeito da posição específica – ou ainda paradoxal – do ser humano. Situado entre essas duas dimensões, o ser humano carrega, ao mesmo tempo, a marca de seu pertencimento ao planeta Terra – determinações atreladas à necessidade de oxigênio, à gravidade, à luz solar, à alimentação etc. – e o anseio de vencer tais condições, tornar-se não apenas senhor de si, mas em última instância, imortal, conquistar a fama, o âmbito da imortalidade. Diante disso, o que fica de lado é precisamente o ponto de vista de que o ser humano é também *zoé*. Arendt sintetiza esse jogo na seguinte passagem, ao mostrar que a imortalidade pretendida pelos gregos antigos era encontrada, paradoxalmente, no pertencimento do homem à sua espécie:

[...] o homem, enquanto ser natural e pertencente ao gênero humano, possui imortalidade; através do ciclo repetitivo da vida, a natureza assegura, para as coisas que nascem e morrem, o mesmo tipo de eternidade que para as coisas que são e não mudam. “O ser para as criaturas vivas é a Vida”, e o ser-para-sempre (*aeí eínai*) corresponde a *aeiguenés* procriação. (ARENDDT, 2009, p. 70-71).

O que importa registrar é que para a mentalidade grega da tradição anterior ao surgimento da filosofia platônica, o agir era a atividade por excelência, a única ocupação que poderia conceder a trágica vida dos seres humanos não apenas um qualificativo – tornar-se *bíos* – mas, sobretudo, a possibilidade de vencer os limites da duração individual. Nesse paradigma, os grandes responsáveis pela garantia da imortalidade do agente eram o historiador e o poeta, que faziam da *práxis* e da *léxis* – fenômenos que em si mesmo não eram duradouros – uma memória, uma lembrança, um texto, que poderia alcançar uma duração no tempo muito maior. Ou seja, sem Homero, Heródoto e Tucídides, os nomes de Aquiles e Heitor, os feitos de gregos e bárbaros seriam perdidos no poço do esquecimento. Aqui, interessa acompanhar precisamente alguns desdobramentos dessa compreensão. Pois, se de um lado, a imortalidade era aquilo o que a natureza possuía sem esforço e sem assistência de ninguém, e de outro, era o que os mortais almejavam no mundo em que nascera. (ARENDDT, 2009, p. 78). Com efeito, Arendt chama atenção para o fato de que no início da História ocidental, o pressuposto era de que a glória dos feitos humanos era capaz de erigir uma dimensão oposta à natureza. Uma coisa era a fama que as palavras e as ações poderiam trazer

é pertinente o comentário de Giorgio Agamben, em seu livro *Meios sem fim: notas sobre política* (2015): “Os gregos não tinham um termo único para exprimir o que entendemos pela palavra *vida*. Serviam-se de dois termos semântica e morfológicamente distintos: *zoé*, que manifestava o simples fato de viver, comum a todos os viventes (animais, homens ou deuses), e *bios*, que significava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. Nas línguas modernas, em que essa oposição desaparece gradualmente do léxico (onde é conservada, como em *biologia* e *zoologia*, ela não indica mais nenhuma diferença substancial), um único termo – cuja opacidade cresce proporcionalmente à sacralização de seu referente – designa o nu pressuposto comum que é sempre possível isolar em cada uma das inúmeras formas de vida”. (AGAMBEN, 2015, p.11). Na reflexão aqui proposta, o que se pretende considerar e levar adiante é justamente a premissa de que a vida humana pode ser transformada, modificada, qualificada ou reduzida. Não se trata de ler Arendt pela ótica de Agamben, tampouco fazer do filósofo italiano um intérprete da obra de Arendt. Sem dúvida, o horizonte interpretativo ofertou questões próprias a cada um dos autores, e o recurso aos conceitos de *bíos* e *zoé*, em cada momento, responde a estas especificidades.

ao agente, outra coisa era a permanência e quietude da natureza, que abriga as demais formas de vida e proporciona a satisfação das exigências que o corpo traz consigo. Logo, a imortalidade ofertada pelo pertencimento à *zoé* enquanto *locus* do gênero e da espécie era descartada pelo indivíduo grego.

A natureza, em si mesma, era considerada apenas um *meio*, o mundo era algo dado advindo de lugar nenhum, e que perduraria após a morte do indivíduo. Não entrava no “desejo por glória e fama” a constatação do ser humano como um ser vivente localizado no interior da natureza. O que era compartilhado era o pressuposto de que sem o agir humano, sem uma dose de violência à natureza: “[...] seria a eterna quietude do ser-para-sempre que descansa ou oscila dentro de si mesmo. (ARENDR, 2009, p. 71). De fato, por meio da história, seria possível vencer o *factum* natural, ou seja, o pertencimento ao mundo biológico, e encarar o caráter retilíneo da vida individual como a possibilidade de ultrapassar a recorrência circular da vida. Conforme as palavras de Arendt em seu ensaio “O conceito de História – Antigo e Moderno”:

O que para nós é difícil de perceber é que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas e rasgos isolados. (ARENDR, 2009, p. 72).

Assim, um elemento de despreocupação com a integralidade da natureza acompanhou o desenvolvimento do pensamento ocidental, radicalizando-se e ensejando, a partir da modernidade, uma postura de profunda alienação do mundo. (NETO, 2009). É no rastro dessa atitude perante o mundo natural que a reflexão de Arendt acompanha as transformações ocorridas desde a concepção da natureza enquanto *physis* sempiterna e o papel do *homo faber* na construção de um mundo durável, até chegar à compreensão moderna que destaca seu caráter de mero recurso, tanto para novas pesquisas quanto para a construção de objetos de consumo, e, por fim, a compreensão da natureza como limite último a ser transposto rumo a conquista do universo. Seja como for, para Arendt, o ponto a ser pensado com urgência é que toda e qualquer transformação ocorrida dentro do quadro de relações pré-estabelecidas entre o âmbito da civilização e o âmbito da natureza afeta diretamente a forma e o entendimento que temos da política e do ser humano. E o que Hannah Arendt salienta é que mais e mais os seres humanos têm avançado e transformado a natureza, inserindo nela um grau de imprevisibilidade jamais visto antes, ao ponto de renunciar abertamente a qualquer princípio ou elemento “antropomórfico”. (ARENDR, 2009, 327-328).

Oliver Belcher e Jeremy J. Schmidt (2020)³ chamam atenção para essa questão. Para os autores, a efetividade das reflexões de Arendt no tocante ao tema da natureza consiste em situar as transformações radicais ocorridas na superfície da Terra no quadro mais amplo e complexo das perturbações que a ação

³ Conferir o artigo intitulado “Being earthbound: Arendt, process and alienation in the Anthropocene”. In: *EPD: Society and Space*, vol.: 39, Issue: 1. DOI: 10.1177/0263775820953855. Disponível em: journals.sagepub.com/home/epd.

humana desencadeou ao longo dos últimos séculos.⁴ Mas não apenas isso, trata-se de ressaltar que os seres humanos encontram exclusivamente neste planeta seu correlato biológico – isto é, os seres humanos são fundamentalmente criaturas ligadas à Terra. (BELCHER; SCHMIDT, 2020, p. 02-03). Ocorre que a estima humana pelo ambiente natural se transformou tão logo os avanços tecno-científicos alcançaram um grau de relativa independência e artificialidade. No prólogo de *A condição humana*, Hannah Arendt destaca que:

A Terra é a própria quintessência da condição humana, e a natureza terrestre, ao que sabemos, pode ser a única no universo capaz de proporcionar aos seres humanos um *habitat* no qual eles podem mover-se e respirar sem esforços nem artifício. O artifício humano do mundo separa a existência humana de todo ambiente meramente animal, mas a vida mesma permanece fora desse mundo artificial, e por meio da vida o homem permanece ligado a todos os outros organismos vivos. (ARENDR, 2010, p. 02).

Ora, o que está em xeque é precisamente a possibilidade de a Terra permanecer como um ambiente capaz de abrigar a vida em sua diversidade, de possibilitar a civilização sua existência. E este perigo, na avaliação da autora, não consta entre os temas de interesse ou de preocupação central de políticos, cientistas ou tecnólogos. A construção do artifício humano, com seus objetos, dispositivos e tecnologias, em suma, tudo aquilo que separa a existência humana do mundo natural, acompanhou, e, em certa medida, promoveu um processo constante de “alienação”. Este termo deve ser compreendido aqui como o resultado das profundas alterações que ocorreram no âmbito cultural, científico e mesmo teórico ao longo do período moderno.

Segundo Arendt, em seu diagnóstico crítico presente no capítulo VI (*A vita activa* e a era moderna) do livro *A condição Humana*, a invenção do telescópio e a circunavegação do globo estão na base do subjetivismo moderno justamente porque modificaram a compreensão da posição do ser humano neste planeta. Enquanto na perspectiva cosmológica dos gregos antigos havia um entendimento de que a Terra permaneceria *sub specie aeternitatis* ocupando um lugar dentro de um *kosmos* ordenado conforme a “escala do Ser”, e os homens seriam seres de alta grandiosidade, com a invenção do telescópio de Galileu a estatura humana é rebaixada ao mínimo. Ao “perfurar” os céus, o engenho de Galileu viabilizou algo da ordem de uma “reviravolta copernicana” tanto na compreensão da posição do homem no universo quanto na sua maneira de articular as ciências e a realidade a sua volta. Com o gesto de apontar a luneta para cima e olhar através dela, houve um distanciamento do homem em relação à Terra, inimaginável na imagem antiga

⁴ Oliver Belcher e Jeremy J. Schmidt destacam a posição de Hannah Arendt contida já no prólogo livro *A condição humana* (1958) que, entre outras coisas, ressalta o fato de que a Terra é a quintessência da condição humana: “*What has often passed unnoticed about the book, however, is that Arendt foregrounds humans as fundamentally ‘earth-bound creatures’*”. Logo, o destaque recai justamente nos perigos que a moderna alienação do mundo pode acarretar ao “milagre” da possibilidade de haver as condições propícias para a vida aqui neste “pálido ponto azul”.

acerca da natureza. Estes antecedentes serviram de condição de possibilidade para o passo mais radical deste processo de desprendimento do homem de seus limites naturais, o lançamento do satélite Sputnik.

Vale trazer aqui a posição de Arthur Lovejoy em seu livro *A grande cadeia do Ser* (2005). Lovejoy destaca que o século XVII abriu caminho para uma fundamentação científico-naturalista radical, possibilitando aplicar expedientes especulativos nas mais diversas direções, como a de pluralidade de mundos e de sistemas solares. Embora a base empírica para tais investigações fosse ainda incipiente, o que se percebe nesse momento é a presença da forte intuição de que dentro de um universo possivelmente repleto de sistemas solares, seria insensato “acreditar que estamos sozinhos ou que somos os primeiros e únicos seres racionais criados”. (LOVEJOY, 2005, p.191). O papel do homem, isto é, sua importância enquanto espécie, seria exercer como que o fechamento de uma cadeia de partes necessárias que, sem sua presença, permaneceria incompleto, sendo sua preeminência apenas de grau.

Sem essa alteração na compreensão do universo o espanto relatado por Arendt no prólogo de *A condição humana* frente ao lançamento do satélite Sputnik não teria sido possível:

Este evento, que em importância ultrapassa todos os outros, até mesmo a desintegração do átomo, teria sido saudado com a mais pura alegria não fossem as suas incômodas circunstâncias militares e políticas. O curioso, porém, é que essa alegria não foi triunfal; o que encheu o coração dos homens que, agora, ao erguer os olhos para os céus, podiam contemplar uma de suas obras, não foi orgulho nem assombro ante a enormidade da força e da proficiência humanas. A reação imediata, expressa espontaneamente, foi alívio ante o ‘primeiro passo para libertar o homem de sua prisão na terra’. E essa estranha declaração [...], sem o saber, as extraordinárias palavras gravadas há mais de vinte anos no obelisco fúnebre de um dos grandes cientistas da Rússia: ‘A humanidade não permanecerá para sempre presa à terra’. (ARENDR, 2010, p. 09).

O ponto central dessa passagem está contido na intenção do ser humano libertar-se da sua “prisão terrena”. A sutileza da argumentação de Arendt consiste em considerar a Terra como um “habitat originário” dos seres humanos, um local deveras singular na imensidão do universo. Deste ponto deriva-se a necessidade de se considerar e refletir não apenas sobre o contexto da tecnificação do mundo contemporâneo, mas, além disso, sobre as consequências destas ações à natureza a nossa volta. Em outras palavras, no lançamento do satélite Sputnik estava impresso o desejo da humanidade ser capaz de olhar para a Terra apenas como mais um “objeto no espaço sideral”, fazer da Terra um objeto. Deste modo, o evento insere-se no interior de uma reflexão que não se esgota na pergunta pela técnica enquanto potência extraordinária de modificar o mundo vivido. Surge aí uma preocupação fundamental com relação à capacidade humana de agir a tempo de refrear uma série de processos catastróficos que podem acarretar o fim da vida humana muito antes da sua plena libertação.

Seja como for, o que está em jogo nesse momento é dimensionar a recusa da “Terra” em nome do universo. Com efeito, esta inversão é compreendida por Arendt como o resultado de “um repúdio”

à Terra muito mais decisivo do que aquele prefigurado durante a idade Média, quando a imagem do vale de lágrimas povoava a mente da cristandade. Cabe aqui então questionar, juntamente com Arendt, se o “repúdio” à Terra não ignora de maneira indevida o fato de que os seres vivos, e mais particularmente os seres humanos, possuem condições de existência incontornáveis e irrepetíveis. Em outros termos, é urgente avaliar a tendência de destruição do planeta em busca de mais e mais recursos em prol de um aprimoramento tecno-científico. Não estaria esse ímpeto alicerçado sob uma crença mal avaliada, qual seja, a de que o ser humano se tornou plenamente independente da sua condição terrena, a ponto de poder comprometê-la sem ressalvas? Nas palavras de Arendt:

[...] o que quer que façamos hoje na física – seja liberando processos energéticos que ordinariamente só ocorrem no sol, seja tentando desencadear num tubo de ensaios processos os processos da evolução cósmica, ou, com o auxílio de telescópios, penetrando no espaço cósmico até um limite de seis bilhões de anos-luz, ou construindo máquinas para a produção e controle de energias desconhecidas no reino da natureza terrena [...] ou dispersando partículas radioativas, criadas por nós na Terra com a ajuda da radiação cósmica – sempre tratamos a natureza a partir de um ponto no universo, fora da Terra. (ARENDR, 2010, p. 275).

Atualmente é importante ressaltar que a lista de consequências apresentadas por Arendt poderia ser aumentada a partir de exemplos retirados de inúmeras outras áreas. Em suma, quase todos os saberes, até mesmo a política, agem como se pudessem tratar da Terra e do meio ambiente como espectadores não envolvidos. Quem sabe essa postura já seja o sintoma de uma alienação tão profunda que impossibilita uma visão direta do atual estado de coisas. Se isso for verdadeiro, a aposta moderna é tentar encontrar remédios, todos eles severamente amargos, apaziguadores desses efeitos. No entanto, o que nunca se considera é a premissa de que talvez o tratamento apenas atrase um fim trágico. Não estaria na hora de reconsiderarmos o que estamos fazendo com esta natureza, ao invés de investir em recriá-la em outro rincão do sistema solar? Não estaria na hora de se perguntar acerca de nossa completa dependência do *know-how* para ditar o que fazer e como fazer frente aos usos e abusos do planeta?

3 Considerações Finais

Em alguns momentos do prólogo d’ *A condição humana* e no ensaio intitulado “A conquista do espaço e a estatura humana” Hannah Arendt questiona não apenas o estatuto da moderna visão científica de mundo e sua alta complexidade simbólica – expressa em fórmulas matemáticas – mas também a capacidade dos cientistas profissionais traduzirem o que estão fazendo e as implicações de seus cálculos e testes. A rigor, esse questionamento se dirige a nossa capacidade discursiva de falar e ser compreendido,

pois: “[...] tudo o que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido”. (ARENDR, 2010, p. 03). Sendo assim, se de fato vive-se hoje a separação total entre o conhecimento técnico e o pensamento, então, acrescenta Arendt, passaremos à: “[...] condição de escravos indefesos, não tanto de nossas máquinas quanto de nosso *know-how*, criaturas desprovidas de raciocínio, à mercê de qualquer engenhoca, [...] por mais mortífera que seja”. (ARENDR, 2010, p. 04). Mas caso o pensamento e a comunicação entre os indivíduos seja ainda uma atividade importante e necessária, então o que escreve Arendt possui uma validade ainda exemplar:

O motivo pelo qual seja prudente duvidar do julgamento político de cientistas enquanto cientistas não é, em primeiro lugar, sua falta caráter – o fato de não terem se recusado a criar armas atômicas – nem a sua ingenuidade – o fato de terem compreendido que, uma vez criadas tais armas, eles seriam os últimos a ser consultados quanto ao seu emprego –, mas precisamente o fato de que habitam um mundo no qual as palavras perderam seu poder. [...] Haverá talvez verdades que ficam além da linguagem e que podem ser de grande relevância para o homem no singular [...]. Mas os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos. (ARENDR, 2010, p.04-05).

É importante destacar que a partir das condições nas quais a vida é dada naturalmente aos seres humanos, são criadas outras condições que devem sua existência exclusivamente ao fazer humano. O caráter de constante condicionamento humano reflete o fato de que: “[...] tudo aquilo com o qual entra eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência”. (ARENDR, 2010, p. 10). O que quer que toque a vida humana de forma duradoura torna-se uma parte condicionante da mesma. A objetividade do mundo manifesta em seus objetos é complementar a existência humana como um todo. Assim, da mesma forma que somos determinados pela gravidade, a forma como as pessoas locomovem-se nas grandes cidades é condicionada por toda sorte de automóveis e outros veículos. Da mesma forma como o corpo humano depende de alimentos, estes dependem do clima e do solo para vir a ser. Apenas estas duas necessidades, a alimentação e a locomoção, no seu aprimoramento, afetam direta e indiretamente a natureza como um todo.

Cada vez mais o organismo humano é exposto a níveis altíssimos de venenos e outros componentes químicos. E seus fabricantes pouco discutem com o público afetado sobre seus efeitos, quando não minimizam seus danos por meio de pesquisas orientadas. O que dizer dos eletroeletrônicos e seus componentes radioativos dispensados livremente. Seria correto dizer que a civilização se condiciona ou acostuma-se com vazamentos de combustíveis em rios e mares. Seria mais fácil imaginar uma fuga deste planeta, caso ele seja arruinado, do que uma mudança na forma como a civilização se relaciona com o mesmo?

Seja como for, cabe aos seres humanos apresentarem uma resposta à crise, e isso é incontornável:

Não importa como pode ser feita a pergunta, se é o homem ou o mundo que corre perigo na crise atual, mas uma coisa é certa: a resposta que empurra o homem para o ponto central das preocupações do presente e que acha que deve modificá-lo, remediá-lo, é a-política em seu sentido mais profundo. Pois, no ponto central da política está sempre a preocupação com o mundo e não com o homem [...]. Os homens agem nesse mundo real e são condicionados por ele e exatamente por esse condicionamento *toda catástrofe ocorrida e ocorrente nesse mundo é neles refletida, co-determina-os*. (ARENDDT, 1998, p. 35-36 – grifo nosso).

À luz das considerações trazidas até aqui, vê-se como conceitos decisivos ao estatuto da política, tais como o de pluralidade, natalidade e ação humana estão imbricados na pesquisa científica – conforme esta desafia as tradicionais fronteiras entre o mundo natural e o mundo humano. Hannah Arendt, em seus livros, ensaios e conferências, falou da importância do *amor mundi*, do cuidado para com o mundo público. Todavia, poucas décadas após seu falecimento, o mundo passou por abalos terríveis, catástrofes nucleares, mudanças climáticas e o desaparecimento da biodiversidade. Contudo, o pano de fundo continua o mesmo: a promessa de que a ciência, no futuro, recriará novamente tudo o que uma vez existiu, ou permitirá que a humanidade possa sair em busca de outro planeta para começar tudo de novo. À guisa de fechamento, convém trazer as palavras do físico Michel Mayor⁵, pesquisador de exoplanetas e ganhador do Nobel em 2019, é mais importante cuidar deste planeta e de suas condições naturais do que acreditar na alternativa de uma saída às pressas do planeta Terra rumo a outros planetas habitáveis em potencial. O desespero e o triunfo são inerentes ao mesmo objetivo.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, 10 Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa, 6 Ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.

_____. *O que é a política?* Org. Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

AGUIAR, Odílio Alves. Natureza, beleza e política segundo Hannah Arendt. *O que nos faz pensar*, nº29, maio de 2011.

BACH, Augusto. Hannah Arendt e a Conquista do Espaço. *Educação E Filosofia*, v. 32, n. 64.

⁵ Ver a seguinte reportagem: <https://super.abril.com.br/ciencia/humanos-jamais-vaio-migrar-para-outros-planetadiz-nobel-de-fisica/>.

BELCHER, Oliver; SCHMIDT, Jeremy J. Being earthbound: Arendt, process and alienation in the Anthropocene. *EPD: Society and Space*, vol.: 39, Issue: 1.

CASTANHEIRA, Nuno Pereira. Ser humano desalojado: para uma compreensão da crise 'ecológica'. *Philosophica: Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Filosofia da Faculdade de Lisboa*, n.º 40, 2012.

LOVEJOY, Arthur O. *A grande cadeia do ser*. Tradução de Aldo Fernando Barbieri. Ed. Palíndromo, São Paulo, 2005.

NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. *Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: PUC – RJ; São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

Recebido em: 10/09/2023

Aceito em: 18/03/2024